

Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo

I

Em meados do século passado, reflectindo sobre o fenómeno da emigração e das suas incidências portuguesas, Oliveira Marreca exara as seguintes considerações:

Hoje mesmo a emigração, que continua, dos habitantes do Minho para o Brasil nem nos consta que tenha rareado a população daquela província, nem que deixe de ser-lhe proveitosa. *É proveitoso o regresso dos seus naturais, que, recolhendo-se quase sempre muito melhorados em cabedal, vêm reforçar as faculdades produtivas do Reino. É vantajosa uma residência fora da Pátria, que os constitui medianeiros e zeladores das antigas relações comerciais entre os dois países. Mas se abstrairmos destas circunstâncias favoráveis, olhando ao estado do nosso adiantamento produtivo e à falta de braços que se experimenta em algumas províncias, como mero desónus de uma demasia de homens, fora muito questionável a utilidade da actual emigração, porque dela, rigorosamente, não se pode dizer o que de outras, «que os que se vão deixam o lugar e o sustento a outros, que pereceriam se os primeiros tivessem ficado».*

E prossegue:

Um país que, não tendo braços suficientes para o que poderiam exigir ou estão exigindo o seu desenvolvimento, capital e território, deixa exportar parte dos seus naturais padece a mesma perda que se uma morte prematura o despojasse do equivalente de população na idade do vigor, que é de ordinário aquela em que os homens se transplantam a outro solo. *Neste caso, o defeito jaz nas instituições, na constituição da propriedade, na organização social, talvez mesmo na inércia dos habitantes (...)*¹

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ «Parecer e memória sobre um projecto de estatística, Lisboa, 1853.» in Joel Serrão e outros, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa, 1976, pp. 99-100. Itálicos nossos. Ver também Oliveira Marreca, *Obra Económica*, vol. II, Lisboa, 1983, recolha, anotações e revisão do texto de Cecília Barreira, pp. 281-290.

Vinte anos após, Herculano, no contexto de pertinentíssimas considerações acerca dos condicionalismos da emigração portuguesa, ajuíza, e bem certamente, nestes termos:

A miséria de um ou de outro indivíduo pode derivar de culpa própria: a que expulsa uma parte notável da população de um país, onde esta, considerada colectivamente, está longe de superabundar, é sempre resultado de um defeito ou de uma perturbação nos órgãos da sociedade².

Lá mais para o fim do século, Oliveira Martins, numa tentativa de tomar o pulso ao movimento emigratório de então, verifica:

(...) sendo metade dos emigrantes analfabetos, um terço são simples trabalhadores. Desde que a miséria é a causa principal da emigração, necessariamente os emigrantes são os menos instruídos e habilitados para ganhar a vida, o que por forma alguma quer dizer que sejam os menos sãos de corpo e alma. Pelo contrário, o próprio facto da emigração denuncia uma força de vontade que para um homem, na luta da vida, é o primeiro requisito indispensável. E esta consideração importa de um modo gravíssimo para a economia social da metrópole. Não é somente o facto aritmético da perda de elementos produtores de riqueza expulsos pela miséria; é serem exactamente os emigrantes os homens dotados de mais força e aptidão crematística. *Vai-se a energia, ficam os braços inertes ou mendicantes*. A contraprova desta desgraça está em que, no Brasil, o Português é por toda a parte iniciador; e em Portugal, salvas excepções raras ou mínimas, vai a reboque de estrangeiros quando trabalha, reservando a sua iniciativa para a agitação estéril da política e a sua arte para angariar empenhos com que alcance um emprego público³.

Já no nosso século, Basílio Teles caracteriza por este modo os condicionalismos da emigração nortenha:

(...) outrora já, mas hoje sobretudo, *emigra-se do Norte de Portugal por falta de paralelismo entre o crescimento da população, em especial da população trabalhadora, e o desenvolvimento da riqueza*; e esta sangria operada nas mais activas e robustas das populações portuguesas, não obstante representar um prejuízo nacional incalculável, tem sido contudo o único e estúpido processo de proporcionar aos trabalhadores que não emigram uma situação tolerável⁴.

Após a República, e ainda no signo da predominância da emigração para o Brasil, país que, aliás, já não lograva absorver todo o potencial emigratório

² «A emigração (1873-1875)», in *Opúsculos*, t. IV, 3.ª ed., Lisboa, 1901, pp. 107-118; e também in Joel Serrão e outros, *ob. cit.*, p. 108.

³ «A emigração portuguesa (1891)», in *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, 1956, pp. 218-252; e in Joel Serrão e outros, *ob. cit.*, pp. 123-124.

⁴ *Carestia de Vida nos Campos*, Porto, 1904; e in Joel Serrão e outros, *ob. cit.*, p. 157. Itálicos nossos.

português, Afonso Costa considera-a um «êxodo para não morrer»⁵ e Mar-noco e Sousa⁶ verifica que é «com esse ouro enviado para Portugal pelos emigrantes, que daqui vão rotos e esfomeados, que pagamos os nossos encargos externos. Estaríamos completamente falidos sem esse auxílio que nos dá a miséria». Por seu turno, Fernando Emídio da Silva⁷ abunda na mesma visão das coisas:

(...) é da emigração da miséria que a Pátria tira depois o ouro com que salda a conta da sua desorientação económica e dos seus desperdícios financeiros.

Em 1936, embora discretamente, como era próprio da época, Baptista Ramires ainda estuda os aspectos do «saldo negativo da emigração»⁸. E, quando, em 1970, no auge da debandada (180 000 saídas só nesse ano), Carlos Almeida e António Barreto publicam o seu livro *Capitalismo e Emigração em Portugal*, já em 1960 tinha principiado a duradoura hemorragia emigratória para a CEE, a qual declinaria gradualmente sobretudo a partir de 1973.

Tendo em vista o contexto europeu da emigração portuguesa, os autores citados, em jeito de síntese, concluem:

À força de negar ou de criticar a tese da «Prosperidade causada pela emigração», quase cairíamos no erro contrário, que seria o de afirmar a estagnação definitiva ou até, quem sabe, a pauperização crescente. Tentaremos, pois, para evitar uma certa ambiguidade, pôr o problema nos seus devidos termos. *Nada de essencial se pode imputar exclusivamente à emigração*. Para abordar problemas de desenvolvimento e prosperidade ter-se-á de colocar constantemente a emigração no seu contexto mais largo, regional, sectorial, nacional e internacional. O que negámos não foi toda e qualquer prosperidade, todo e qualquer desenvolvimento. Contestámos, outrossim, o valor *significativo, fundamental*, dessa prosperidade, que se manifesta mais a nível de consumo do que da produção; que apresenta carácter imediato e instável, e não duradouro e estrutural, e que gera novas contradições e desequilíbrios, não resolvendo de modo algum o essencial dos problemas existentes. Sobretudo, relevámos o seu carácter de *prosperidade medíocre*, isto é, muito aquém das reais possibilidades existentes e das potencialidades que poderiam ser actualizadas. O nível do desenvolvimento das forças produtivas permite à sociedade portuguesa ir muito mais longe, embora só o aproveitamento nacional, sem desperdícios e totalmente socializado, consiga resultados situados a grande distância daqueles obtidos hoje. Mas unicamente como transformações radicais do modo de produção e com uma libertação a nível das relações sociais se conseguiria pôr em prática tal projecto, que, mesmo como projecto, é utópico na sociedade presente, mas possível se o conservadorismo e o reformismo

⁵ *Estudos de Economia Nacional — O Problema da Emigração*, Lisboa, 1911; e in Joel Serrão e outros, *ob. cit.*, p. 160.

⁶ *Tratado de Economia Política*, Coimbra, 1917; e in Joel Serrão e outros, *ob. cit.*, p. 166.

⁷ *Emigração Portuguesa*, Lisboa, 1917, p. XI.

⁸ «Aspectos paradoxais da emigração portuguesa». in *Anais do Instituto de Agronomia*, vol. VII, fasc. 2.º. Lisboa, 1936; e in Joel Serrão e outros, *ob. cit.*, pp. 175-179.

forem ousada e resolutamente ultrapassados. Enquanto tal se não efectivou, uns tantos vão aproveitando a «prosperidade» trazida pela emigração pelo turismo e, porque não, pela guerra (colonial)⁹.

II

Eis aí afloramentos significativos de uma reflexão que acompanhou como soube e pôde o desenvolvimento do processo emigratório português a partir de meados do século passado até às vésperas de 1974 e do colapso do último império colonial europeu. E interrogue-se já: dada a compleição estrutural da sociedade portuguesa contemporânea, *poderiam as coisas ter evoluído de outra forma?* Dados os atrasos socioeconómicos e culturais com que Portugal partiu para a fruste aventura da sua possível contemporaneidade, *poderia a sua evolução ter sido diferente daquela que na realidade ocorreu?*

Infelizmente, e tanto quanto se nos afigura, em termos de compreensão e explicação históricas, não há respostas pertinentes para as interrogações formuladas. É que, se os condicionalismos nacionais e internacionais (e aqueles subsumidos neste de forma específica) do período considerado *também* foram obra dos homens que os viveram, tais condicionalismos são apreensíveis, ao nosso olhar, como estruturas socioeconómicas, culturais e mentais dotadas de impositiva realidade própria, contra as quais em vão clamaram os melhores. As realidades socioeconómicas são teimosas e não se vergam a quaisquer injunções de ordem normativa.

Ora, nesta perspectiva, há que atender-se ao facto de, na época contemporânea, a primeira revolução industrial e depois a segunda e, neste nosso tempo, a terceira, ligadas, além do mais, aos novos meios de transporte e de comunicações, e muito especialmente às duas primeiras fases da chamada revolução demográfica, terem suscitado conjunturas de âmbito cada vez mais internacional no respeitante à procura e oferta de mão-de-obra.

Por isso, os movimentos migratórios alcançaram uma massificação completamente desconhecida em épocas transactas. Circunscrevendo-nos à Europa, é bem sabido que de todos os seus países se emigrou, não excluindo dessas deslocções populacionais nem a industrializada Inglaterra nem os países que, consoante foram podendo, lhe seguiram no encaço. Porém, as arritmias nacionais a seu tempo se fizeram sentir: enquanto uns países, os mais desenvolvidos, inverteram a tendência, passando de emissores a receptores de mão-de-obra, outros, os que, por diferentes razões, haviam perdido a hora da modernização, permaneceram incapazes de sustentar a saída de gente, ansiosa por melhores condições de vida, inviáveis no solo natal. E isto aconteceu quer no Leste europeu até à guerra de 1939-45, quer na bacia mediterrânea e adjacências até aos nossos dias.

O fenómeno emigratório português, embora tenha raízes bem mais antigas¹⁰, no específico contexto da época contemporânea, enquadra-se nos condicionalismos dos países atrasados e, portanto, directa ou indirec-

⁹ *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, 1970: e in Joel Serrão e outros. *ob. cit.*, pp. 221-222.

¹⁰ Ver Joel Serrão. *A Emigração Portuguesa*, 3.ª ed.. 1978. sobretudo pp. 83-115.

tamente dependentes dos pólos de desenvolvimento socioeconómico, tecnológico e cultural.

Ora, tendo em vista o período de 1855 a 1973, o total de quantos trocaram, definitiva ou temporariamente, o pátrio solo pelas longes terras terá andado próximo dos 4 000 000 de indivíduos¹¹. E, para se entender o «peso» de tal movimentação de gente, lembre-se que a população de Portugal continental e insular ascendia, em 1900 e 1970, respectivamente, a 5 446 760 e 8 611 110¹².

Embora com importantes bolsas de fixação, aqui ou ali, pelo vasto mundo, pode afirmar-se que os pólos principais de atracção dos emigrantes portugueses foram, antes de mais, e sucessivamente, o continente americano (com enorme predomínio do Brasil) e, depois da segunda guerra mundial, os países industrializados da Europa, com claro predomínio da França.

Ora, ao optar pela *via possível* da Europa, o emigrante português acentua o carácter «proletário» da sua aventura, aliás verificado já, cada vez mais, a partir dos fins do século XIX no tocante à atracção brasileira. Ou seja: da morfologia socioeconómica do «brasileiro» ao «francês» assiste-se a algo que comparticipa da virtual «democratização» de oportunidades, esperada da Europa industrializada e que o país natal continuava a recusar, mantendo-se, funcionalmente, igual a si próprio.

III

Com efeito, do «brasileiro» ao «francês» apreende-se uma mutação social que importa pôr a claro. O «brasileiro» típico é o ex-emigrante retornado com bens normalmente avultados e adquiridos em actividades comerciais nos centros urbanos das terras de Vera Cruz. Instala-se na sua terra natal ou na cidade do Porto, na tranquilidade burguesa dos seus teres e haveres.

Porém, no último quartel do século passado, e à medida que a emigração aumenta para o Rio de Janeiro e outros pontos da antiga colónia, os «brasileiros» de torna-viagem diminuem e acabam por extinguir-se. É que as actividades de teor agrícola, que passaram a ser ali as predominantes, ou não permitiam o sucesso, ou, quando este acontecia, a riqueza adquirida não era facilmente liquidável como a de origem comercial, e os emigrantes por lá se deixavam ficar, integrados definitivamente na sociedade onde tinham logrado prosperar. Assim, a emigração tende a ser expatriação.

O «francês» decorre da ressurgência do conjunto de circunstâncias socioeconómicas que condicionaram os últimos decénios de intensiva emigração para o Brasil. E, se ele se encaminhou para a França, é porque quer a crise mundial de 1929, quer a guerra de 1939-45, sucessivamente lhe fecharam os tradicionais portos de abrigo brasileiros e a CEE se erguia com o ímpeto da juventude, criando um largo mercado de trabalho em busca de proletários pouco qualificados e pouco exigentes, dispostos a aceitarem qualquer tarefa disponível. E foi então que ocorreu o êxodo que se sabe, sobretudo na década de 60.

¹¹ Ver Joel Serrão, *ob. cit.*, p. 38.

¹² *Portugal em Mapas e Números*, INIC, 1977, p. 18.

Hoje, decorridos 20-25 anos, os «franceses» e outros «europeus» começaram a regressar à sua terra e às suas regiões, muitas destas desfalcadas em gente e em bens, para aí prosseguirem as suas vidas, assunto este a que se reverterá oportunamente.

IV

Ao manter o recurso ancestral da emigração, a sociedade portuguesa contemporânea, consciente ou não disso, tem procedido, ao sabor dos sucessivos mercados de mão-de-obra, a uma complexa operação, em última instância, de teor malthusiano. Com esta asserção pretende insinuar-se o seguinte: para se manter, funcionalmente, igual a si própria, ela expele a mão-de-obra *considerada* excedentária e capaz de pôr em perigo a estrutura social prevalecente.

Há mais de um século, em 1873, ajuizava-se por esta forma quanto ao «Estado geral do Reino»:

Depreende-se, sob o aspecto da emigração, que não há miséria, nem falta de trabalho que a incite. Que a província do Minho, onde a população é mais densa, não tem braços suficientes para a cultura própria. Que o Alentejo emprega braços que o Algarve e a Beira lhe subministram e que se tenta por meio de colonização localizar ali operários das outras províncias com aptidão e que a esses se oferecem condições vantajosas. *O que incita os operários a irem fora do Reino procurar trabalho? A resposta que se dá é que são levados pela ambição de voltar ricos à pátria*¹³.

Claro: era isso mesmo — a «ambição». Ora os Minhotos emigravam para o Brasil porque, em boa verdade, lhes era impossível não só enriquecer na Pátria, mas também alcançar sequer um nível de mediania que lhes evitasse o espectro da miséria real ou iminente. E a missão nacional que lhes cumpria era a de, mediante as remessas financeiras que do Brasil enviavam ou consigo traziam quando retornavam, compensar os crónicos défices da balança comercial portuguesa, impedindo, por esse modo, a bancarrota nacional mais ou menos definitiva.

Faziam falta os seus braços? Os Galegos, em permanência definitiva ou sazonal, ajudariam a suprir as carências de mão-de-obra: em 1871, por exemplo, eram 24 357¹⁴, tendo nesse ano emigrado 10 388 portugueses¹⁵. Bem mais tarde, nos nossos anos, quando os Galegos se extinguiram, seriam os Cabo-Verdianos, cuja emigração, aliás, está por estudar, a colmatar brechas, para a aparente harmonia das coisas.

Nesse complexo mecanismo de malthusianismo socioeconómico, as remessas dos emigrantes desempenharam, em toda a contemporaneidade portuguesa, papel decisivo. «É da miséria», ajuizava-se, e bem, «que nos vem a nossa melhor riqueza: do pária nostálgico e atavicamente aventureiro

¹³ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa, 1873, p. 23. Itálico nosso.

¹⁴ *Ibid.*, p. 46.

¹⁵ *Ibid.*, p. 35.

que deixa as praias inóspitas da terra que não lhe deu pão em tormentosa demanda de destinos melhores, mas incertos, é que vem o ouro.»¹⁶ E, aí, dos 3000 contos anuais calculados por Herculano, em 1873, aos mais de 12 000 no tempo de Oliveira Martins, aos 20 000 a 24 000 de Fernando Emídio da Silva (1917) e aos 4 818 000 de 1966¹⁷ e, *grosso modo*, aos 146 milhões e 589 milhares de contos em 1980¹⁸, que história por fazer-se na perspectiva que se vem sugerindo!

Claro que os políticos e não poucos economistas e, sobretudo, os financeiros pensam, se é que não o dizem: *poderia ser de outra forma?*

Talvez não pudesse ser, e, em boa verdade, jamais o será, enquanto o País não lograr o passo decisivo que se impunha e impõe no sentido do seu desenvolvimento socioeconómico assumido em termos efectivamente nacionais.

Ou Portugal foi condenado pelo implacável destino a ser, para todo o sempre, um país pobre, escoando-se pelo mundo para que Lisboa, Porto e pouco mais existam, numa paisagem quase lunar, tal é boa parte do País após o grande êxodo europeu?

V

Ora, entretanto, aconteceu que, nas sequelas do colapso do Império Colonial Português, após 1974, uma onda de 400 000 a 800 000¹⁹ «colonizadores» de Angola e Moçambique retornou à Pátria sem que nenhum deles tivesse podido salvar nada além da própria vida. Regressaram tão pobres quanto haviam partido e alguns deles, acaso, até mais míseros. É uma história especial esta, a da emigração para as colónias africanas, a qual, aliás, ocorreu simultaneamente com o êxodo brasileiro e depois o europeu e que não importa aqui ser contada ou sequer referenciada com algum pormenor.

A razão pela qual esse acontecimento do retorno maciço e quase total dos portugueses de Angola e Moçambique ocorre nestas páginas tem a sua explicação na temática e problemática nelas subsumidas — esse malthusianismo (por estudar) da sociedade portuguesa que expele uns para manter outros, os quais, por seu turno, só se podem conservar criando, ajudando a criar, ou permitindo todas as condições propícias à expulsão dos mais.

Ora, ante as circunstâncias dramaticamente excepcionais do retorno dos colonos africanos, aquilo que ocorreu evidencia bem os seguintes pontos:

- 1) Apesar do seu número e da sua chegada súbita e simultânea, eles foram reintegrados com relativas rapidez e facilidade na trama social portuguesa;
- 2) Há indícios de que essa absorção se traduziu por aspectos positivos de natureza especificamente demográfica e de natureza socioeconómica.

¹⁶ Fernando Emídio da Silva, *Emigração Portuguesa*, Lisboa, 1917, p. 107.

¹⁷ Carlos Almeida, António Barreto, Line Krieger e André Petitat, *L'Émigration Portugaise (1957-1966)*, Genebra, 1968 (ciclostilado).

¹⁸ Guy Clausse, *Portuguese Emigration to the EEC and the Utilization of Emigrant's Remittances*, Montréal, 1981 (ciclostilado).

¹⁹ «Estimates range from 400-800.000 people», Guy Clausse, *ob. cit.*, p. 13.

Importa, pois, interrogar: as coisas ocorreram desse jeito tão-só porque os condicionalismos dramáticos que rodearam o retorno obrigaram os poderes públicos a decisões políticas de carácter nacional destinadas a auxílio imediato à inserção na sociedade portuguesa desses 400 000 a 800 000 indivíduos mais ou menos desgarrados?

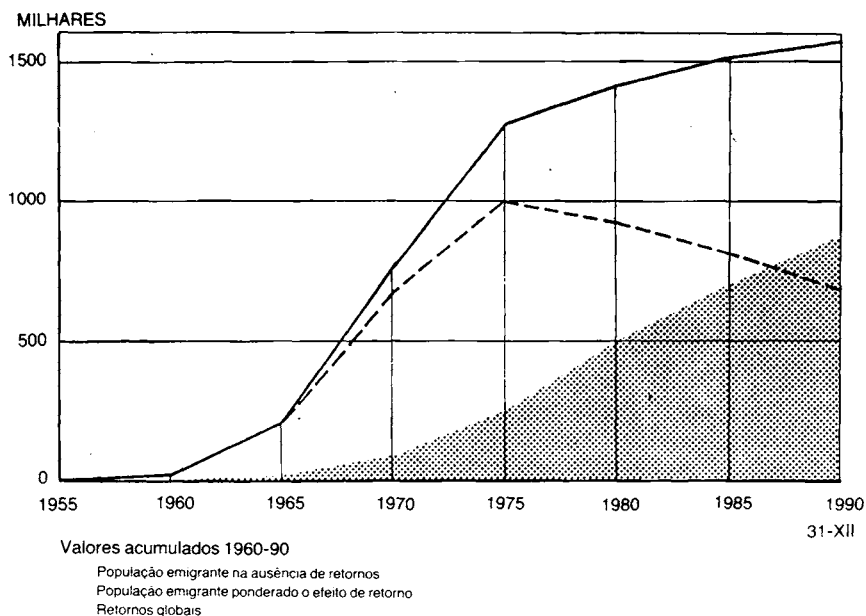
Eis problemas que só uma minuciosa investigação de teor histórico poderá cingir e esclarecer.

Em qualquer caso, algo se apresenta como extremamente verosímil: essa experiência, pelo menos relativamente bem sucedida, deverá estar presente na definição, a tempo e horas, da política, se não das políticas que, desde já, devem ser adoptadas relativamente ao retorno dos emigrantes europeus, o qual já principiou e, como tudo o permite entrever, continuará nos próximos anos.

VI

Atente-se no gráfico elaborado por Custódio Cónim relativo à evolução da população emigrante nos países da CEE, relativamente ao total de retornos avaliados²⁰.

Sintetiza-se a evolução da população emigrante nos países da CEE, relativamente ao total de retornos avaliados — total geral e valores médios quinquenais



Iniciado de modo sensível entre 1970 e 1975, o movimento de retorno da CEE desenvolveu-se de modo bem pronunciado a partir do quinquénio de 1976-80, alcançando os 500 000 e encaminhando-se, de 1981 a 1985, para

os 700 000, sendo possível que, a *manter-se a tendência*, em 1986-90 esse quantitativo se aproximará dos 800 000²¹. Ou seja: dentro de cinco anos, pelo menos, cerca de metade dos actuais emigrantes europeus poderá ter regressado à Pátria²². Qualquer que seja, porém, o desenvolvimento efectivo do processo iniciado, parece extremamente provável que ele vá prosseguir. E também parece plausível que ele vá «continuar a assumir considerável dimensão»²³, o que justifica os «pânicos» discretamente manifestados por actuais responsáveis pela política oficial relativa à emigração. «Pânicos» que revelam, a um mesmo tempo, as duas fases interconexas de uma mesma realidade: a emigração considerada como um processo fatal na sociedade portuguesa tal ela tem sido, é e, em última instância, se deseja que continue a ser; associação do termo eventual da emissão de agentes consideradas sobrantes ao juízo de catástrofe irremissível.

Tendo em vista algumas investigações de que se dispõe²⁴, e sobretudo as de Manuela Silva e seus colaboradores, procure-se sintetizar alguns dos seus resultados que, a nosso ver, se apresentam como fundamentais.

Antes de mais, saliente-se que mais de 90% dos emigrantes retornados se fixam nas aldeias ou vilas de que haviam partido. E, logo após, verifique-se que, não obstante estadas no estrangeiro que oscilaram entre 5 anos ou mais de 15 anos, as poupanças médias com que, no período de 1973-82, regressaram oscilam entre menos de 200 contos (21%) e 5000 contos (5%).

Portanto, e para já, parecem impor-se as conclusões seguintes:

- a) Nenhum dos retornados europeus voltou rico, ao invés do que era típico dos «brasileiros»;
- b) Na aldeia ou na vila, a sua presença é assinalada por casas novas e pela carestia dos terrenos, dada a sua procura pelos capitais disponíveis.

Depois, importa dar-mo-nos conta de que o emigrante que retorna, não obstante os seus anos de labuta e porfia nos países desenvolvidos da Europa, o faz sem valorização profissional específica.

²¹ «Caracterização do fluxo de retornos 1960-70», in Manuela Silva e outros, *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, cit., p. 59.

²² Como salienta Manuela Silva, em estudo ainda inédito, «O fenómeno do retorno na dinâmica do emprego e do desenvolvimento regional», dactilografado n.º 5:

A previsão atrás referida não tem em conta senão variáveis exclusivamente demográficas, deixando de fora eventuais factores atractivos ou repulsivos que venham a ocorrer nos países de origem ou de acolhimento, os quais, obviamente, podem interferir nos critérios de carácter pessoal que subjazem aos projectos individuais de retorno.

²³ Manuela Silva, estudo citado na nota anterior.

²⁴ Guy Clause, «Portuguese emigration to the EEC and the utilization of emigrant's remittances», in conferência *Underdevelopment, Emigration and Industrialization: The Case of Portugal*, Montréal, Canadá, 1981; João Cravinho, «The structure of the Portuguese economy and emigrant's remittances — A social accounting approach», in conferência *Emigration, and Industrialization: The Case of Portugal*, Montréal, Canadá, 1981, e «Some effects of emigrant's remittances in an European peripheral economy: the case of Portugal», in *Emerging Development Patterns: European Contributions*, Budapeste, EADI, 1983; Eduardo de Sousa Ferreira, *Reintegração dos Emigrantes Portugueses — Integração da C. E. E. e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, CEDEP, 1984; Manuela Silva e outros, *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, IED, 1984; Manuela Silva, «O impacto regional do retorno dos emigrantes», in *Estudos de Economia*, vol. IV, n.º 2, Janeiro-Março de 1984, e *Fenómeno do Retorno na Dinâmica do Emprego e do Desenvolvimento Regional*, inédito, 1984.

Nestes termos, quais são as virtualidades, em termos de desenvolvimento regional, deste retorno? Para já, aquilo que se pôde verificar traduziu-se no seguinte: o retornado retorna também, em parte significativa, à agricultura, mas sem qualquer espírito de inovação que não caiba, fundamentalmente, no âmbito da produção para autoconsumo; e, além do mais, tendendo para actividades autónomas de pequeno patrão, se os capitais arrecadados lhe chegam para isso, poderá dedicar-se a pequenas explorações de teor comercial, e nunca, como é óbvio, às industriais.

Em síntese de síntese, parece legítimo concluir-se nestes termos: tendo a emigração contribuído poderosamente para a estagnação das regiões (sobretudo as interiores), o retorno, tal como se está a verificar, embora não piore a situação criada pela emigração, e antes a melhore em termos relativos, mantém, funcionalmente, a mesma situação existente aquando da abalada para as falazes esperanças de além-Pireneus. As regiões subdesenvolvidas, produtoras privilegiadas da emigração, subdesenvolvidas permanecem e permanecerão. Como escreveu Manuela Silva:

A emigração traduziu-se na drenagem de recursos humanos para os centros economicamente mais fortes. Ainda que considerada por algumas correntes de pensamento como factor de regulação do mercado de trabalho à escala internacional, com vantagens para ambas as regiões (as de acolhimento e as de saída), a emigração revelou-se, de facto, um factor entravante do desenvolvimento e deverá ser apontada como um exemplo, entre outros, de crescimento económico com empobrecimento, no que respeita aos países de origem²⁵.

Assim se afiguram, de facto, as coisas.

E quanto ao futuro? Além de legítimo, será necessário que nos interroguemos também a esse respeito, da história social e da sociologia aventurando-nos pelos precipícios da futurologia? Recusa-se o apelo, optando-se pela via, bem mais comezinha, de parafrasear Oliveira Marreca, por cujo testemunho se iniciou esta busca.

Quando um país, como este nosso, tem adiado sucessivamente o projecto da sua modernização, «o defeito jaz nas instituições, na constituição da propriedade, na organização social, talvez mesmo na inércia dos habitantes». Logo... Logo, se nos achamos com legitimidade para aspirar à Europa da CEE, só nela viremos a esta efectiva e naturalmente quando se entender que todos os portugueses não são de mais para transformar Portugal num país capaz de escolher, com autonomia, o seu futuro.